

Municípios Agroecológicos: Fomentos e incentivos à agroecologia nos municípios do Rio Grande do Sul.

Agroecological Municipalities: Fostering and Incentives for agroecology in the Municipalities of Rio Grande do Sul.

FERNANDES, Laura¹; BECKER, Cláudio²; OYAMBURO, Dionara³,
INÁCIO; Lucas⁴, SILVA, Inayá⁵.

1, 2, 3, 4, 5 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), laura-fernandes@uergs.edu.br;
claudio-becker@uergs.edu.br; dionara-cordeiro@uergs.edu.br; lucas-inacio@uergs.edu.br; inaya-silva@uergs.edu.br

Eixo temático: Desenvolvimento rural, políticas públicas e comunitárias, movimentos sociais e culturais

Resumo

No Rio Grande do Sul, levantamento realizado no âmbito do programa Agroecologia nos Municípios, coordenado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), identificou iniciativas fundamentais para a promoção da agricultura agroecológica e o fortalecimento da agricultura familiar. Nesse quadro, o estudo buscou sistematizar essas iniciativas locais. Constatou-se queda total de 721 cadastros distribuídos nos 26 Estados Brasileiros, 50 registros são de municípios gaúchos. Foram levantadas as principais instituições apoiadoras, assim como o ano de implantação dessas políticas públicas. Os resultados do estudo apontam para a importância dos arranjos institucionais, principalmente para promover o conhecimento da população sobre as práticas agroecológicas, estimular o consumo de alimentos orgânicos e valorizar o papel da agricultura familiar na promoção do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Agroecologia; Arranjos Institucionais; Políticas Públicas.
Keywords: Family farming; Agroecology; Institutional Arrangements; Public policy.

Introdução

O programa -Agroecologia nos Municípios - surgiu primeiramente como uma iniciativa nas eleições municipais no ano de 2020, idealizado pela Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), exigindo dos candidatos a servidores legislativos municipais apoio a agroecologia e a valorização da agricultura familiar. O objetivo da iniciativa foi promover, apoiar e sistematizar processos de mobilização e incidência política no nível municipal, visando a criação e o aprimoramento de políticas públicas, programas, projetos, leis e experiências municipais no apoio à agricultura familiar, à segurança alimentar e nutricional e que contribuam para fortalecer a agroecologia (ANA, 2021).

Segundo a ANA (2021), as políticas públicas devem fortalecer e fomentar a produção da agricultura familiar e de base agroecológica e conservar os bens comuns, construir/fomentar circuitos curtos de comercialização e, conseqüentemente, criar dinâmicas de abastecimento alimentar mais autônomas, como também atuar de forma determinante na promoção da alimentação adequada e saudável.

Neste contexto, realizou-se um estudo visando compreender as iniciativas relacionadas aos Municípios Agroecológicos, objetivando sistematizar os arranjos institucionais de cada município e o ano que passou a ser considerado agroecológico, por meio do desenvolvimento de políticas públicas municipais.

Metodologia

Este trabalho consiste em um estudo qualiquantitativo, realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica que utiliza fontes secundárias de dados. A sistematização e análise dos dados, baseia-se no levantamento das informações municipais de incentivo à agroecologia, destacadamente, arranjos institucionais com ênfase nas instituições que financiam as iniciativas e ano de inclusão como município agroecológico; outro aspecto refere-se às políticas públicas municipais.

Resultados e Discussão

Conforme as informações coletadas, 531 municípios distribuídos em 26 Estados da federação, fazem parte da experiência. Foram catalogadas 721 iniciativas que apoiam e incentivam a agroecologia nos municípios. Além da importância do incentivo à agricultura orgânica, o programa contribui para que a população tenha acesso a uma alimentação mais segura e saudável, uma vez que possibilita identificar a procedência do alimento e o sistema de produção. Adicionalmente, as iniciativas incidem sobre a expansão dos mercados e feiras locais, estimulando o consumo dos alimentos que são produzidos pela agricultura familiar, o que interfere diretamente na dinâmica de desenvolvimento local.

A partir dos dados analisados, constatou-se que no Rio Grande do Sul estão situados 50 municípios que possuem iniciativas municipais de incentivo e valorização da agroecologia e agricultura familiar. Os municípios que desenvolvem políticas públicas voltadas à agricultura orgânica há mais tempo, são: Gravataí (2003), Ipê (2007), Nova Petrópolis (2008), Nova Xingú/Novo Hamburgo e Caxias (2009), Santo Ângelo (2010) e Vera Cruz (2011). Cambará do Sul, Farroupilha, Frederico Westphalen, Mampituba, Santo Antônio do Palma e Veranópolis são municípios que não informaram o ano de implantação das políticas públicas municipais.

Na tabela 1, constam informações dos municípios, como, o ano que foi inserido na lista de municípios agroecológicos e o arranjo institucional contendo os principais executores e investidores das iniciativas nos Municípios Agroecológicos.

Tabela 1. Dados obtidos a partir do levantamento dos Municípios Agroecológicos, contendo ano de inserção e arranjo institucional.

MUNICÍPIO	Arranjo Institucional
Alecrim	Cooperativas de crédito, FEMA
Aratiba	CRAS, CETAP
Bento Gonçalves	Prefeitura Municipal
Bom Retiro do Sul	SMAPA, Poder Executivo Municipal
Cacique Doble	SMAPA

Cambará do Sul	ONG
Canoas	Prefeitura Municipal
Caxias	SMAPA, Escolas Municipais e Prefeitura Municipal
Chiapetta	Prefeitura Municipal
Dois irmãos	Prefeitura Municipal
Encantado	Prefeitura Municipal
Erechim	Prefeitura Municipal
Estrela	Prefeitura Municipal
Farroupilha	Cooperativas, Assessorias Técnicas, Convênios, ONG
Frederico Westphalen	Prefeitura Municipal
Garibaldi	Assessoria Técnica, Prefeitura Municipal, Propriedades Rurais
Gravataí	Prefeitura Municipal
Guaporé	Prefeitura Municipal
Ibiaçá	Prefeitura Municipal
Ipê	Prefeitura Municipal
Itati	FNDE, PNAE e Prefeitura Municipal
Itatiba do Sul	Prefeitura Municipal, Agroindústrias Familiares, CRAS
Lajeado	Prefeitura Municipal
Mampituba	Prefeitura Municipal
Morro Redondo	Prefeitura Municipal
Monte Alegre dos Campos	Prefeitura Municipal
Nova Petrópolis	Prefeitura Municipal
Nova Prata	Convênios, Prefeitura Municipal
Nova Santa Rita	Prefeitura Municipal, SMAPA, Assentamentos da Reforma Agrária
Novo Xingú	Prefeitura Municipal
Novo Hamburgo	Prefeitura Municipal
Porto Alegre	Prefeitura Municipal, Escolas Municipais
Porto Lucena	FEMA, Prefeitura Municipal, Escolas Municipais
Porto Vera Cruz	FEMA, Prefeitura Municipal
S. Antônio do Palma	Propriedades Rurais, Prefeitura Municipal
S. Clara do Sul	Prefeitura Municipal
S. Francisco de Paula	CETAP, Convênios, Prefeitura Municipal
S. Leopoldo	Prefeitura Municipal, Escolas Municipais
Santiago	Prefeitura Municipal, Produtores Rurais, Feiras Locais
Santo Ângelo	Prefeitura Municipal
Santo Antônio da Patrulha	Agricultores Familiares, Prefeitura Municipal
São José do Herval	Prefeitura Municipal
Sapiranga	Escolas Municipais, Prefeitura Municipal
Torres	Prefeitura Municipal, SMAPA
Três Arroios	Prefeitura Municipal, Associação
Três de Maio	Prefeitura Municipal, Escolas Municipais, Secretaria da Educação
Vale Verde	Prefeitura Municipal
Vera Cruz	Prefeitura Municipal
Veranópolis	Prefeitura Municipal, ATER
Viamão	IFRS, CNPq, Prefeitura Municipal

Fonte: Autores (2021).

Constata-se que no caso de vários municípios, as iniciativas têm vinculação direta com as estruturas do poder público, a saber: Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura e de Educação e Escolas Municipais. Tal fato, evidencia a importância da atuação dos órgãos públicos dos municípios no sentido da valorização da

agroecologia e da agricultura familiar. Observa-se como um dos principais instrumentos legais, o incentivo ao consumo de alimentos orgânicos, a partir de políticas públicas que priorizem a presença de alimentos orgânicos na merenda escolar ou programas que apoiem a construção de conhecimentos sobre agricultura agroecológica.

Em nível nacional e estadual destaca-se instituições e instrumentos tais como: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Emater/RS e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Esses arranjos institucionais, como pode ser constatado, possuem um papel destacado no apoio à sações que fortaleçam princípios agroecológicos, com benefícios para a sociedade como um todo.

Observa-se ainda a importância dos movimentos e das organizações sociais, bem como dos empreendimentos familiares, a exemplo dos assentamentos de reforma agrária, cooperativas, agroindústrias familiares e feiras locais na disseminação de informações sobre a agricultura orgânica para a população. Esses diferentes arranjos institucionais contribuem para geração de renda na agricultura familiar, promovendo o consumo de alimentos saudáveis e a consequente melhoria na saúde da população.

Conclusões

Conclui-se que a iniciativa Municípios Agroecológicos se constitui em importante instrumento ao fomento da Agroecologia no Rio Grande do Sul. A agenda, paulatinamente, tem sido apropriada pela sociedade e instituições em distintos contextos agroecológicos e socioeconômicos. Ademais, órgãos públicos municipais são instâncias estratégicas para a expansão das iniciativas agroecológicas em nível local. Portanto, o investimento destinado aos agricultores familiares e à agroecologia, auxilia no desenvolvimento local de forma a promover a melhora na qualidade de vida, em particular na segurança alimentar e nutricional. Finalmente, a densidade institucional e a participação da sociedade civil no processo de construção da Agroecologia seguem sendo fundamentais.

Referências bibliográficas

ANA -Articulação Nacional Da Agroecologia. **Municípios agroecológicos e políticas de futuro:** iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia. 2. ed. Rio de Janeiro, 2021.